

# CONSULTORES GRAMATICAIIS E VISÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: CONSENSO OU DESACORDO?

Edson Braz Carvalho Cruz

Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais - PUC Minas/  
IEC

**E**

*Resumo*

Este trabalho tem o objetivo de estudar os consultórios gramaticais hospedados em dois *blogs* e *um site* na internet. A proposta é investigar, por meio do arcabouço teórico da análise do discurso, como se processa a interação entre consultores (professores/linguistas) e consulentes (leitores/internautas) acerca de dúvidas sobre o uso mais adequado da Língua Portuguesa. Constatou-se que esses consultórios gramaticais podem ser bastante úteis para o trabalho dos revisores de textos.

Palavras-chave: Revisão de textos. Consultórios gramaticais. Internet. Usos da Língua Portuguesa.

## Introdução

O ensino da Língua Portuguesa e o uso dela nos livros, jornais, revistas, documentos oficiais, textos científicos e didáticos e provas de concursos públicos, por exemplo, sempre levam em conta a norma culta, por ser valorizada socialmente e mais prestigiada em relação à norma popular, usada de modo habitual nas interações informais entre os cidadãos. Contudo, é provável que algum dia o revisor de textos se depare com trabalhos em que haja registros informais e uso abusivo da oralidade. Esses trabalhos, no entanto, serão em menor número.

Normalmente, o revisor de textos se concentra na tarefa de avaliar o melhor uso da norma culta. Para isso, ele tem que se valer de diversas fontes de conhecimento. É sabido que, na maior parte das vezes, trabalha com tempo exíguo e, por isso,

não pode apenas possuir gramáticas, dicionários, vocabulários ortográficos e manuais de redação como fontes de consulta.

As mudanças de ordem tecnológica, culturais e sociais ocorridas no mundo nas últimas décadas exigem especialização e preparo para suprir as exigências de um mercado altamente competitivo e dinâmico. Dessa forma, o profissional de revisão de textos deve estar qualificado para conhecer e utilizar os suportes tecnológicos disponíveis.

Além de *softwares* especiais de edição, que facilitam e podem contribuir para o trabalho do revisor, há outros recursos informacionais no mercado. São os consultórios gramaticais na internet, espaços em que consultores (professores e linguistas) respondem a dúvidas de toda a ordem de consulentes (leitores/internautas), que se multiplicam a cada dia em *sites* e *blogs*. Por essa razão, podem se tornar uma confiável fonte de informações para sanar dúvidas emergentes de revisores de textos. Assim, examinar se esses consultórios gramaticais possuem uma coerência interna com relação às respostas que oferecem pode se tornar bastante proveitoso para quem atua nessa área.

Geralmente, esses ambientes de consulta são hospedados e vinculados a grandes empresas de comunicação como as Organizações Globo, o Grupo Abril e o Grupo gaúcho de comunicação RBS. Empresas com sólidas estruturas e que possuem uma grande credibilidade perante a população brasileira.

Nesses *blogs* e *sites*, consultores e consulentes estabelecem um processo de intenso dialogismo e interlocução. Os consulentes fazem perguntas referentes à melhor maneira de se usar a norma culta e os consultores fazem as orientações conforme julgam pertinentes. Processo esse que, vale ressaltar, se dá na esfera de visibilidade pública.

Os consultores ainda se apropriam desses espaços para se posicionar diante de um tema específico em voga na mídia ou sobre inadequações veiculadas nos diversos meios de comunicação. Dessa forma, também fazem uma metarrevisão jornalística.

O objetivo deste trabalho é particularmente caracterizar esses espaços. Uma questão que emerge e orientou a pesquisa desde o início é: como distintos consultores gramaticais da língua portuguesa se posicionam, em termos de enunciados e enunciações<sup>1</sup>, sobre questões semelhantes propostas pelos

1 De acordo com Verón: “convém não separar o conceito ‘de enunciação’ do par do qual ele é um dos termos: enunciado/enunciação. A ordem do enunciado é a ordem *do que é dito* (aproximadamente poder-se-ia dizer que o enunciado é da ordem do ‘conteúdo’); a enunciação diz respeito não ao que é dito, mas ao dizer e suas modalidades, os *modos de dizer*” (VERÓN, 2004, p.216, grifos do autor).

consultentes/internautas? A hipótese inicial era a de que as diferenças se situariam com relação às enunciações e não aos enunciados.

Pressupondo que se trata de um tema de grande relevância para os profissionais do texto, o objetivo é investigar os enunciados e enunciações de três reconhecidos consultores gramaticais brasileiros, que possuem espaços na internet, sobre uma questão levantada pelos consultentes/internautas.

Para tanto, como *corpora* de análise, foram selecionados um *site* e dois *blogs* de profissionais de grande visibilidade midiática e que desfrutam de credibilidade perante o seu público. São eles: os professores Cláudio Moreno e Sérgio Nogueira e o jornalista e escritor Sérgio Rodrigues. Com isso, julgamos ter conseguido uma amostra representativa do nosso objeto de estudo.

A escolha de consultórios gramaticais disponíveis na internet em detrimento daqueles publicados em jornais e revistas deve-se a vários fatores: seu fácil e gratuito acesso; o reconhecimento conferido aos especialistas/linguistas/professores responsáveis por tais consultórios no âmbito dos *blogs* e do *site* e à possibilidade de avaliar a percepção dos internautas/leitores sobre o trabalho realizado pelos consultores, aspecto esse particularmente interessante.

É importante acentuar que o tema selecionado para este estudo está consonante com a proposta do curso de especialização em Revisão de Textos do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (IEC). Entre os objetivos estabelecidos pela coordenação do Curso, disponibilizados no site do IEC, consta: “desenvolver o senso crítico e estético do participante em relação à estrutura e aos usos da língua portuguesa”. Dessa maneira, pretende-se exercitar esse entendimento crítico tendo como objeto empírico os consultórios gramaticais.

Vale mencionar que são poucas as pesquisas direcionadas à temática proposta. Algumas se detiveram a investigar a intolerância e o preconceito linguístico que seriam marcas características desses ambientes. Há uma escassez de trabalhos que se propuseram a analisar os consultórios gramaticais sob a perspectiva de um novo gênero textual, o que, por si só, deve validar este estudo.

Para consecução deste artigo adotou-se uma estratégia metodológica que, de início, se propôs a retomar a revisão de literatura iniciada por ocasião da elaboração do projeto. No que

se refere à pesquisa empírica, optou-se por adotar o método comparativo, baseado na seleção de uma inadequação textual que foi tratada pelos consultores.

A opção por restringir a um exemplo deveu-se, sobretudo, à intenção de realizar um estudo minucioso que contemplasse a análise das perguntas e respostas em termos dos enunciados e enunciações para que, depois, se fizesse uma comparação entre eles. Por fim, foram considerados os comentários elaborados pelos internautas/leitores. As falas de consultores, consulentes e comentaristas foram examinadas recorrendo-se à técnica de análise do discurso.

Para a realização do estudo dessas situações de comunicação ou das conversas que se estabelecem entre consultores e consulentes recorreu-se também ao “método sociológico de análise do enunciado”, formulado por Bakhtin e exposto por Rojo (2000), segundo o qual o exame dos enunciados deve seguir a seguinte ordem:

- 1) As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
- 2) As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, i. é, as categorias dos atos de fala na via e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal (leia-se, gêneros; ênfase adicionada).
- 3) A partir daí, exame das formas da língua em sua interpretação linguística habitual (BAKHTIN *apud* ROJO, 2000, p. 198).

A autora ressalta que tais etapas devem ser executadas na ordem assim estabelecida — “que vai da situação social ou de enunciação para o gênero/enunciado/texto” (ROJO, 2000, p.198) — uma vez que:

Aqueles que adotam a perspectiva dos *gêneros do discurso* partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a *vontade enunciativa* do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua *apreciação valorativa* sobre seu(s) *interlocutor(es)* e *tema(s)* discursivos, e, a partir desta análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação (ROJO, 2000, p.198, grifos do autor).

Por fim, vale sublinhar como tal estratégia metodológica pareceu adequada aos propósitos do estudo justamente por privilegiar o exame da enunciação e do enunciado.

## Consultórios gramaticais: um breve histórico

Os consultórios gramaticais, publicados inicialmente em jornais e livros, surgiram no Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX e se tornaram bastante populares. De acordo com Marcondes (2008), alguns dos principais consultores daquela época foram Cândido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto.

Segundo Marcondes (2008), três obras serviram para caracterizar esse gênero<sup>2</sup>. **Lições práticas da Língua Portuguesa: o que se não deve dizer, falar e escrever** (1929), de Cândido de Figueiredo, **Questões Vernáculas** (1939), de Napoleão Mendes de Almeida e **Últimos Estudos** (1944), de Mário Barreto. Todos esses livros resultaram de consultas gramaticais realizadas por consulentes e leitores de jornais.

Cândido de Figueiredo possuía colunas no *Jornal da Noite* e em *O Globo*. O livro de Napoleão Mendes de Almeida reuniu uma coleção de respostas publicadas na seção de consultas gramaticais do jornal *O Estado de S. Paulo* pela qual ele era o responsável. Enquanto isso, o livro de Mário Barreto foi baseado em artigos que ele publicou nos jornais *País* e *Correio da Manhã*, ambos com uma grande tiragem.

É pertinente esclarecer que, desde aquela época, os termos consultores e consulentes já eram utilizados para denominar os autores/professores e os respectivos leitores dos consultórios gramaticais. De acordo com Marcondes (2008), houve ainda, após a década de 40 do século passado, “um enfraquecimento das ideias presentes nos consultórios gramaticais e uma considerável diminuição do número de publicações desse gênero” (MARCONDES, 2008, p. 24). Esse desinteresse se estendeu por décadas e é explicado em parte pela primeira reforma oficial da ortografia, realizada pelo ex-presidente Getúlio Vargas, em 1943. As dúvidas dos consulentes diminuíram porque houve uma padronização da ortografia em todo o território nacional. Outra reforma ortográfica, em 1971, pode ter contribuído para que esse desinteresse pelos consultórios gramaticais fosse estendido até o início da década de 80 do século passado. Moreno (2005) diz que:

2 Num tópico específico, vamos tratar desse assunto: consultórios gramaticais como gênero discursivo.

Até o início do século 20 — mais precisamente, até o início da Segunda Guerra Mundial — coabitavam no Brasil, vários sistemas ortográficos; entre eles, os de maior destaque eram o fonético, o etimológico e, como não poderia deixar de ser, o misto. Cada brasileiro escolhia qual deles preferia seguir, o que gerava, como se pode imaginar, um pandemônio ortográfico indescritível, com perversas repercussões no mundo escolar (MORENO, 2005, p.16).

É escassa a literatura no Brasil sobre os consultórios gramaticais, mas os motivos que levaram ao ressurgimento desses espaços na década de 1980 podem ser explicados, principalmente, pela popularização dos meios de comunicação e também pela democratização do ensino. Soares (1993, p.208) identifica um fenômeno acontecido no país nas últimas décadas e o define como “crise na linguagem.” Essa crise é identificada como sendo, grosso modo, o uso inadequado e deficiente da língua materna e, para a autora, esse fenômeno tem estreita relação com a democratização do ensino. Para Soares (1993), a escola havia sempre privilegiado a linguagem das camadas socialmente mais favorecidas e não soube se posicionar quando houve a democratização do ensino e milhares de alunos das classes menos favorecidas, falantes de uma variedade diferente, ingressaram no sistema de ensino brasileiro. De acordo com Marcondes (2008), criou-se um “fosso linguístico” porque a escola não soube lidar com a distância linguística entre a norma de prestígio e aquela considerada inculta. Frederico e Osakabe (2003) assinalam que esse processo de “democratização” levou a um processo de precarização do ensino:

Primeiramente, note-se que a referida democratização do ensino, no caso o público, fez-se por decreto, sem levar em conta os seguintes fatores: a) disponibilidade material do sistema para abrigar convenientemente o novo público; b) disponibilidade financeira visando à manutenção do sistema de remuneração de professores, até então, considerado bastante satisfatório; c) disponibilidade de mão de obra adequada, isto é, com formação universitária ou equivalente para cumprir a função efetivamente formadora do público; d) constituição, no plano acadêmico, de um conjunto de conhecimentos suficientemente forte para propor estratégias pedagógicas e formulações conteudísticas, de modo a proporcionar ao novo público uma formação equivalente àquela anteriormente dada a um segmento privilegiado. O que se observou, no entanto, foi um desconhecimento desses fatores e o resultado pode



ser resumido num processo geral de aviltamento do ensino, baixos salários, formação precária, por parte dos professores, condições problemáticas, tais como instalações inadequadas, falta de material didático, entre outras coisas, além do previsível despreparo escolar dos alunos. O resultado automático desse processo foi o rebaixamento de nível e de exigências de ensino, rebaixamento justificado por uma suspeita preocupação de adequar o ensino às condições do aluno (FREDERICO; OSAKABE, 2003, p. 61-62).

Nesse período, segundo Marcondes (2008), também teria surgido um caos linguístico junto com premissas de que o português seria uma língua muito difícil e de que grande parte da população brasileira não sabia falar a própria língua ou se expressava de forma errada.

A criação desse cenário seria ideal para a expansão dos consultórios gramaticais modernos, veiculados em reconhecidos jornais e revistas. De certa maneira, esses espaços passaram a funcionar como um complemento e, por vezes, um substituto da precária formação oferecida pelas escolas públicas brasileiras.

Antes de se expandir pela internet, os consultórios gramaticais modernos foram publicados, primeiramente, em jornais. Fazem parte deste período as séries de livros **Inculta e bela** (1999), de Pasquale Cipro Neto e **Língua Viva** (1998), de Sérgio Nogueira Duarte. Ambas reúnem coletâneas de colunas publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil, respectivamente.

Marcondes (2008) afirma que muitos dos atuais consultórios gramaticais ainda preservam características dos consultórios antigos “Eles utilizam as perguntas dos interlocutores como ‘mote’ para explicações gramaticais e possuem além do formato pergunta/resposta, o consultor e consulente como par enunciativo” (MARCONDES, 2008, p. 24).

Por fim, cabe ressaltar que os consultórios gramaticais também registram os modismos na Língua Portuguesa e os consultores se posicionam com relação ao seu uso. Isso se observa na postagem (que também se transformou em matéria da revista Veja publicada em 18 de março de 2011, no *blog Todoprosa*), em que o jornalista e escritor Sérgio Rodrigues faz alusão ao novo modismo do português, o “por conta”. Ele disse: “O uso exagerado de uma locução que serve para qualquer situação é um miasma (influência nociva) que pode ser tomado como evidência da diminuição da riqueza vocabular da língua portuguesa”. Essa locução tem sido usada em vez das

preposições (de, com, contra, por, sobre e apesar). Não houve aprofundamento nessa análise por esse não ser o principal foco deste estudo.

## Os consultórios gramaticais na internet: novo gênero discursivo

De acordo com Marcuschi (2008), o estudo dos gêneros do discurso não é novo, e, no Ocidente

já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática iniciou-se em Platão. [...] A expressão gênero perpassou por Aristóteles, Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a modernidade até o século XX (MARCUSCHI, 2008, p.147).

Conforme afirma, nos dias atuais a noção de gênero já não mais se vincula apenas à literatura, e passou a ser usada para se referir a categorias distintivas de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias.

No Brasil, MARCUSCHI, 2008; FERRARI, 2003 e no exterior (BAKHTIN, 1992; MERCOVICH, 2002; MAINGUENEAU, 2004) são exemplos de autores que apresentaram extensos debates sobre os gêneros discursivos.

Um teórico que se aprofundou nessa temática foi Bakhtin (1992). Ao dar início ao estudo sobre os gêneros discursivos, ele ressaltou que todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua e que, dessa forma, não é de estranhar que haja tanta diversidade nesse uso e consequente variedade de gêneros que se afiguram incalculáveis. Observou também que toda essa atividade se realiza na “forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou outra esfera da atividade humana”.<sup>3</sup> Para ele, os gêneros do discurso são formas verbais relativamente estáveis, pois apresentam características estáveis, que fazem com que os enunciados sejam classificados em determinados gêneros.

Embora mostrem essa estrutura relativamente estável, os gêneros discursivos estão longe de apresentar formas linguísticas rígidas e imutáveis. São um produto social e como tal apresentam as transformações pelas quais passam a sociedade.

Segundo Bakhtin (1992), por causa da riqueza e variedade, os gêneros podem ser separados em dois grupos: gêneros primários

3 Em complemento apresenta-se aqui o conceito de gênero de Bakhtin, citado por Bonini (2003): “a concepção de que o gênero se constitui nas atividades dos sujeitos socialmente constituídos [...] ligando atos enunciativos ou a ações de linguagem efetivas ou efetiváveis [...] de modo [a explicar] a ação dos sujeitos na linguagem” (BONINI, 2003).



— aqueles que fazem parte da esfera cotidiana da linguagem e que podem ser controlados diretamente nessa situação discursiva, tais como bilhetes, cartas, diálogos, relato familiar; e gêneros secundários — textos, geralmente mediados pela escrita que fazem parte de um uso oficializado da linguagem e mais elaborados, entre eles o romance, o teatro, o discurso científico.

Os gêneros discursivos possuem formas padrão, um conteúdo temático, uma estrutura composicional e um estilo. Nessa perspectiva, os consultórios gramaticais podem ser caracterizados como um tipo de gênero discursivo.

Atualmente, esses consultórios migraram para internet, mas, conforme se salientou, ainda preservam semelhanças com os publicados no início do século passado nos meios impressos. Segundo Ferrari (2003), os *blogs*, diários *on-line*, surgiram em 1999, e logo ganharam adeptos em todo o mundo. Já os consultórios gramaticais, a partir de 2000. É interessante perceber que os consultórios gramaticais atuais foram criados, em sua maioria, em *blogs* de professores jornalistas, sendo o primeiro deles, o *site Sua Língua* do professor Cláudio Moreno (2000). Depois surgiram os *blogs* dos professores Sérgio Nogueira (2006) e Sérgio Rodrigues. É importante frisar que, antes de o *blog* do professor Sérgio Rodrigues ser publicado no portal da revista Veja, com o mesmo nome *Todoprosa*, ele já havia hospedado esse *blog* em outro *site*. São esses os três ambientes da internet que compõem os *corpora* empíricos selecionados para estudo.

Com relação à mudança de suporte material de um texto, Maingueneau (2004) afirma, no entanto, que isso altera radicalmente um gênero do discurso, pois “o modo de transporte e recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero discursivo.” (MAINGUENEAU, 2004, p. 72). Bernardino (2009), ressaltando esse destaque conferido ao suporte material quando se trata de definir o gênero, esclarece que, para Maingueneau ele está

associado ao modo de existência material dos textos/gêneros, em que estes podem se apresentar por ondas sonoras (oralidade); por um decodificador (rádio, telefone etc.); por via impressa (impressora individual) ou figurar na memória de um computador etc. (MAINGUENEAU *apud* BERNARDINO, 2009, p.8).

Em concordância com essa afirmação, Marcuschi (2008) assinala que

*a comunicação mediada por computador abrange todos os formatos de comunicação e os respectivos gêneros que emergem nesse contexto. [...] Daí surge um novo tipo de comunicação conhecido como comunicação mediada por computador (CMC) ou comunicação eletrônica, que desenvolve uma espécie de “discurso eletrônico” (MARCUSCHI, 2008, p. 199-200, grifos nossos).*

Para Marcuschi (2008), a relevância de se tratar desses gêneros textuais que emergem nesse contexto da comunicação mediada por computador reside em pelo menos quatro aspectos:

1. são gêneros em franco desenvolvimento e fase de fixação com o uso cada vez mais generalizado;
2. apresentam peculiaridades formais próprias, não obstante terem contrapartes em gêneros prévios;
3. oferecem a possibilidade de se rever alguns conceitos tradicionais a respeito da textualidade;
4. mudam sensivelmente nossa relação com a oralidade e a escrita, o que nos abriga a repensá-la. (MARCUSCHI, 2008, p. 200).

Com base no autor, os consultórios gramaticais poderiam ser considerados como um dos formatos de comunicação que compõem, na atualidade, o “discurso eletrônico”, podendo, portanto, constituir um gênero específico. Nesse sentido, inclusive, é pertinente lembrar que nos consultórios da *web* podem ser visualizados comentários de internautas/leitores que não seriam viáveis nos consultórios veiculados em jornais e revistas. Tais comentários não só passam a influir na recepção dos enunciados como, por vezes, podem ser vistos como um espaço de metacrítica da resposta do consultor. Esse, aliás, é um dos aspectos considerados neste estudo.

Por fim, esclarece Ferrari (2003, p. 114) que os *blogs*: “Em 2000, [...] começaram a ditar um novo estilo de escrita e expressão linguísticas”. O caráter de personalidade dos *blogs* facilita na interação entre consultores e consulentes e sua usabilidade é definida por Mercovich (2002) como “uma medida de sua utilidade, facilidade de uso, facilidade de aprendizagem e apreciações para uma tarefa, um usuário e um determinado contexto.” Dessa forma, os *blogs* se tornam espaços ideais para instalação dos consultórios gramaticais por facilitarem o acesso

às informações pelos usuários.

## Consultório gramatical: espaço controverso

Apesar de possuir um grande número de acessos, os consultórios gramaticais estão longe ser uma unanimidade em termos de sua validade. Conceituados autores já se manifestaram a respeito da inadequação desses ambientes e outros em sua defesa. Na apresentação da 30ª edição de seu livro **Não Erre Mais!**, Sacconi (2010), ao discutir a importância da norma culta<sup>4</sup> expressamente prescrita nos consultórios gramaticais, pontua que:

4 É importante definir nesse momento o que seria a norma culta. Para Soares (1993), a norma culta seria o dialeto padrão, também chamado de norma-padrão culta ou simplesmente, norma culta, é o dialeto que se atribui, em um contexto social, maior prestígio; é considerado modelo a ser seguido o qual se avaliam os demais dialetos. É o dialeto falado pelas classes sociais privilegiadas, particularmente em situação de maior formalidade, usado nos meios de comunicação em massa, ensinado na escola e codificado nas gramáticas escolares. É, ainda, fundamentalmente, o dialeto usado quando se escreve (SOARES, 1993, p.82-83).

Um indivíduo só pode dizer-se inteiramente livre, no âmbito da comunicação linguística, quando conhece todas as modalidades da língua a seu dispor e escolhe aquela que melhor lhe convém ao momento do discurso. É pouco, portanto, conhecer apenas uma língua funcional ou a sua variante sociolinguística. O ideal é ser um poliglota dentro de sua própria língua. Conhecer a norma culta, assim, de certa forma é sentir-se mais livre para comunicar-se. Norma culta, ou seja, a língua utilizada segundo os padrões estabelecidos pelos clássicos ou bons escritores do idioma, é assim como uma etiqueta social: não é preciso conhecê-la para viver, mas é absolutamente indispensável conhecê-la para conviver (SACCONI, 2010, p. 4).

Coadunando com a opinião de Sacconi, Moreno (2005) expõe uma grande diferença entre linguistas e professores. Ele diz que linguistas trabalham para expandir os limites da teoria, dedicam-se a observar e analisar os fatos da linguagem para melhor entendê-la e o compromisso deles é com a ciência. Já os professores de português têm o compromisso com a cultura e com o ensino do idioma para o crescimento pessoal e profissional.<sup>5</sup> Ou seja, eles também têm a missão de preservar a norma culta, a mesma defendida nos consultórios gramaticais.

5 Ocorre-nos que ao estabelecer essa distinção Cláudio Moreno parece, implicitamente, demarcar a diferença a seu ver entre o propósito de seu *blog* – produzir ciência – e o do professor Sérgio Nogueira que se propõe – como se verá adiante – a preparar os leitores para concurso e aprimorar sua comunicação oral e escrita.

Apresentando o livro **Português do dia a dia**, de Sérgio Nogueira Duarte, o professor Pasquale Cipro Neto também defende o emprego da norma culta prescritiva. Segundo ele, discutir a importância do domínio da norma culta da língua é discutir o óbvio. Ele menciona, como exemplo, o fato de o domínio das variedades formais da língua portuguesa ser imprescindível durante o processo de seleção de candidatos a uma vaga numa empresa estatal, nos concursos públicos promovidos pelos diversos órgãos de Justiça, no Enem e no

vestibular (DUARTE, 2009, contracapa).

Na apresentação do livro **Guia de uso do português**, confrontando regras e usos, de Maria Helena de Moura Neves, Savioli e Fiorin condenam a forma prescritiva verificada nos consultórios gramaticais e dizem que:

Quando se fala em norma linguística, há basicamente duas atitudes diante dessa questão. Uma, estritamente prescritiva, é adotada por aqueles que concebem a língua como um fato homogêneo (onde só cabe a bipolaridade do certo e errado) e estático (onde não ocorrem mudanças: o que era deve continuar a ser). Segundo esse ponto de vista, cabe aos estudiosos do idioma ditar o que se deve e o que não se deve dizer. Outra é a tese daqueles que consideram as questões de norma um falso problema, vendo-as como um fato de dimensões sociais, que serve para marcar a superioridade de um grupo sobre outro. Paradoxalmente, os adeptos dessa segunda posição são os mesmos que enfatizam a função social da linguagem e rejeitam as teorias linguísticas que concebem a língua como sistema autônomo, alheio aos condicionamentos sociais. Quando se observa a linguagem em sua dimensão social, é preciso levar em conta que as situações de comunicação são diversas e que cada uma delas exige um dado padrão linguístico (NEVES, 2003, p. 9).

Faraco (2006) afirma que esses consultórios gramaticais que se multiplicam no Brasil têm dois problemas. O primeiro se refere à abordagem fragmentada que dá impressão de que a língua se resume a meia dúzia de problemas e o segundo é o fato de tratar os fenômenos maniqueisticamente. Conforme o autor, o consultório gramatical não tem a compreensão do funcionamento e da heterogeneidade da língua e não é possível fundamentar o conceito de certo e errado no ponto de vista linguístico. “No discurso dos bons gramáticos não há informações categóricas, porque eles observam e estudam a língua e percebem que as coisas não são reduzidas a um corte drástico entre isso e aquilo.” (FARACO, 2006, p.15-26). Para Faraco, os consultórios gramaticais “vivem” de informações categóricas.

Bagno (1999) salienta que “comandos paragramaticais”, ou seja, todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio televisão, coluna em jornal, revista, *sites* e *blogs* ajudam a disseminar o mito de que só existe uma norma-padrão. Toda essa discussão vai contribuir bastante para a consecução desta pesquisa. A intenção não é fazer algum

juízo de valor sobre esse controverso espaço que é o consultório gramatical, mas analisar se existe algum consenso entre três distintos consultores sobre uma dúvida relacionada ao uso de palavras homônimas homófonas, no caso, “estória” e “história”.

## Estudo de casos

### Considerações metodológicas

O estudo de caso, ora proposto, tem como ponto de partida a análise de uma circunstância publicada pelo consultor gramatical Sérgio Rodrigues, em 27 de janeiro de 2011, em seu *blog Todoprosa* — hospedado no site da revista Veja —, uma pergunta formulada por Lícia Matos com relação ao uso das palavras “história” e “estória”. A revisora de textos é considerada pelo consultor uma “leitora de carteirinha” de sua página. O procedimento metodológico adotado consistiu na colocação da palavra “estória” no campo de busca do *site* e dos *blogs* selecionados: *Sualíngua*, *Todoprosa* e *Dicas de Português*. Assim, foram localizados um total de sete *posts* relacionados ao assunto, e compõem os *corpora* deste estudo.

No *blog* de Sérgio Rodrigues, foram identificados quatro *posts*: “‘História x Estória’, um conflito histórico” (27/01/2011); “As dez maiores dúvidas de português dos leitores” (31/02/2011), “A dúvida do ano: história x estória” (22/12/2011) e “Mais três dúvidas de português que nunca vão embora” (05/04/2012). Sobre esses *posts* foram publicados, no conjunto, 82 comentários, sendo que o primeiro *post* — elaborado com base na pergunta formulada pela revisora Lícia Matos — merecera 54 comentários.

No *blog* de Sérgio Nogueira foram localizados dois *posts*: “Homônimos e parônimos (6ª parte)” (13/2/2008) e “Dúvidas semânticas” (21/03/2012). Entre essas dúvidas, ele menciona “história” e “estória”. No dia 13/02/2008, foram publicados três comentários específicos sobre a dica fornecida pelo consultor e no *post*, publicado em março deste ano, nenhum dos 16 comentários se referiam à questão proposta.

Já no *site* de Cláudio Moreno foi localizado apenas o texto “A triste história de Estória” — texto extenso no qual não consta a data de publicação e nem comentários. O fato de ser um texto apenas, e, ao mesmo tempo, longo, evidencia uma tentativa de Cláudio Moreno em dar uma resposta “definitiva”

às inúmeras consultas feitas por leitores acerca do uso de “estória” e “história”. É importante ressaltar que não é prática usual do professor Cláudio Moreno retomar as mesmas dúvidas em momentos diferentes.

Cabe esclarecer que a escolha desta dúvida — “estória” ou “história” — deve-se ao fato de ter sido formulada por uma revisora de textos, ter desencadeado grande visibilidade e gerado muitos comentários de leitores/internautas e ser uma dúvida recorrente mencionada por parte dos consultores a pedido dos leitores/internautas. Em vista do exposto, organizou-se a apresentação deste estudo de caso em quatro tópicos — apresentados a seguir — que têm como propósito apresentar os consultores de um *site* e de dois *blogs*, tratar das perguntas dos consulentes e das respostas dos consultores — tanto com relação ao enunciado quanto à enunciação — e, por fim, a metacrítica feita pelos consulentes ao comentarem a resposta do consultor. Tal estruturação buscou levar em conta o formato pergunta/resposta, o par enunciativo consultor e consulente e, ainda, a especificidade de serem consultórios na internet que disponibilizam os comentários dos leitores/internautas.

## Os Consultores e seus blogs

Cláudio Moreno – Site <http://www.sualingua.com.br>

O professor Cláudio Moreno, no final dos anos 1960, concluiu o curso de Letras na UFRGS, com habilitação em Português e Grego. Em 1972, ingressou como docente no Instituto de Letras da UFRGS. Em 1977, concluiu o mestrado em Língua Portuguesa e, em 1997, conseguiu o título de Doutor em Letras. Coordena, atualmente, a área de Língua Portuguesa dos Colégios Leonardo Da Vinci Alfa e Beta, de Porto Alegre, do Sistema Unificado de Ensino. É professor regular das Teleaulas de Língua Portuguesa da Universidade Estácio do Sá, do Rio de Janeiro. Na imprensa, assinou uma coluna mensal sobre etimologia na revista Mundo Estranho, da Editora Abril, e escreve regularmente para o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, onde mantém uma seção sobre Mitologia Clássica e outra sobre questões de nosso idioma.

Cláudio Moreno publicou, em coautoria, livros sobre a área de redação — **Redação técnica** (Formação), **Curso básico de redação** (Ática) e **Português para convencer** (Ática). Sobre



gramática, publicou o **Guia prático do português correto**, pela L&PM, em quatro volumes: **Ortografia, Morfologia, Sintaxe e Pontuação**. Pela mesma editora, lançou o **Prazer das palavras** v.1 e v.2, com artigos sobre etimologia e curiosidades do nosso idioma. Além disso, é autor do romance **Tróia** (2004) e de dois livros de crônicas sobre Mitologia clássica, **Um rio que vem da Grécia** e **Cem lições para viver melhor**, todos da L&PM.

Desde 2000, mantém o *site* [www.sualingua.com.br](http://www.sualingua.com.br). Ele afirma que estudou toda a sua vida em escolas públicas e gratuitas, razão pela qual, sentindo-se em dívida para com aqueles que indiretamente custearam sua educação, resolveu criar e manter o *site* como uma pequena retribuição por aquilo que recebeu. Abaixo se encontra a reprodução da *homepage* de



Figura 1: reprodução da *homepage* do *site* Sualingua do professor Cláudio Moreno

Sérgio Nogueira Duarte – Blog <http://g1.globo.com/platb/portugues/>

O professor Sérgio Nogueira Duarte é formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado pela PUC do Rio de Janeiro. É professor titular da UniCarioca e autor da coluna Aula Extra no jornal Extra e no diário gaúcho O Sul.

Com mais de 20 anos de experiência na prestação de serviços para empresas como TIM, PricewaterhouseCoopers, Central Globo de Jornalismo e canais Globosat, entre várias outras, Nogueira atualmente é consultor do quadro Soletorando do

programa Caldeirão do Huck, da TV Globo, do jornal O Globo e de diversos outros veículos de comunicação. Pela editora Rocco, ele publicou a série de livros *Língua Viva* (I, II, III, IV e V) e o livro *O português do dia a dia*.

O professor Sérgio Nogueira mantém o *blog Dicas de Português*, desde 2006, no portal G1. Veja abaixo a reprodução da *homepage* deste *blog*:



Figura 2: reprodução do *blog* “Dicas de português”  
do professor Sérgio Nogueira Duarte

Sérgio Rodrigues – Blog <http://veja.abril.com.br/blog/todoprosa/>

Sérgio Rodrigues é jornalista, escritor e autor dos livros: *What língua is esta?*, uma coletânea de suas colunas no Jornal do Brasil, em que respondia dúvidas de português dos leitores, *As sementes de Flowerville*, *Elza*, *a Garota* e *O Homem que Matou o Escritor*.

O *Todoprosa* também virou livro: *Sobrescritos* (Arquipélago Editorial, 2010). Depois de passar pela revista eletrônica NoMínimo e pelo portal iG, o *blog* hoje está hospedado no *site* da revista *Veja*. Ali, o autor publica curiosidades etimológicas, críticas, dicas, impressões literárias, notícias sobre o mundo do livro, além de suas próprias criações. Ele define o espaço como “nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente”. Veja abaixo a reprodução da *homepage* do *blog Todoprosa*.



Figura quatro: reprodução do *blog Todoprosa* do jornalista e escritor Sérgio Rodrigues

O *site* e os *blogs* apresentam uma plataforma que proporciona facilidade de navegação e possuem *hyperlinks* que reúnem dezenas de outras dúvidas de leitores/internautas.

Em seguida, será apresentada a análise elaborada tendo como base as dúvidas/perguntas formuladas pelos leitores dos *blogs* de Sérgio Nogueira e Sérgio Rodrigues e do *site* de Cláudio Moreno especificamente sobre o uso de “história” ou “estória”.

## Os consulentes e seu modo de perguntar

A dúvida entre “história” e “estória” foi repercutida com destaque nos espaços virtuais selecionados. Percebe-se que as perguntas aos consultores foram encaminhadas por e-mail e algumas delas feitas com fins específicos. Com o intuito de desfazer sua dúvida, a revisora de textos Lícia Matos, em 27 de janeiro de 2011, postou ao escritor e jornalista Sérgio Rodrigues, do *blog Todoprosa*:

Oi, Sérgio! Qual sua posição sobre o uso de história x estória? Sei que as duas palavras existem, o Volp aceita ambas igualmente, mas o Aurélio (de antes e depois da reforma) recomenda apenas o uso de ‘história’, tanto para ciência histórica quanto para ficção. Pesquisando na internet, nenhuma outra fonte faz essa recomendação. Trabalho como revisora e tive problemas com isso hoje (MATOS, 2011).

Com relação a esse exemplo, é interessante perceber primeiramente o bom nível cultural de alguns dos leitores. A pergunta foi formulada por uma revisora de textos,

presumidamente profunda conhecedora da norma culta, que também contribuiu para que a pergunta fosse contextualizada. Não se trata apenas de pedir a um especialista que aponte a definição do que seja certo ou errado, mas de receber uma resposta abalizada na vivência dos consultores. Dessa forma, também se põe em discussão uma forma de uso recorrente entre os falantes do português do Brasil.

A pergunta elaborada em discurso direto é um bom exemplo de como revisores de textos também estão se valendo dos *blogs* e *site* dos consultores para dirimir as suas dúvidas sobre a forma mais adequada dos usos do português. Mesmo examinando fontes de consultas primárias (dicionários e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), a Lícia Matos resolveu pedir auxílio ao consultor Sérgio Rodrigues. O modo de dizer da revisora ainda sugere que o próprio contratante não tenha aceitado as definições fornecidas por ela.

A aparente intimidade demonstrada pela maneira como a consulente se dirige ao consultor Sérgio Rodrigues ratifica o fato de ela ser mesmo uma assídua leitora do espaço. Ela começa a sua mensagem dizendo: “Oi Sérgio”. No *post* publicado no *Todoprosa* em 22 de dezembro intitulado “A dúvida do ano: história x estória”, o consultor não só reitera que a revisora é consulente frequente de seu *blog*, mas informa como se surpreendeu com o número expressivo de pessoas que interessaram por uma discussão julgada por ele como erudita:

No dia 27 de janeiro deste ano, respondendo à dúvida da revisora Lícia Matos, leitora de carteirinha desta página, publiquei na seção Consultório um texto que, embora me parecesse interessante, jamais suspeitaria ter aspirações ao estrelato. Quanta gente, afinal, estaria interessada numa discussão meio erudita em torno da palavra “estória”, que alguns defendem, mas a maioria nem usa? Pois para minha surpresa, mês a mês, graças sobretudo às ferramentas de busca, o *post* se manteve desde então entre os mais lidos do *blog*, a tal ponto que chega ao fim do ano como o campeão de acessos de 2011 – não só da seção Consultório, mas de todo o **Sobre Palavras**. O nome disso não é estória. É história mesmo (RODRIGUES, 2011, grifos do autor).

A repercussão da questão envolvendo “história” e “estória” contribuiu para que Sérgio Rodrigues retomasse a discussão em abril deste ano por meio do *post*: “Mais três dúvidas de português<sup>6</sup> que nunca vão embora”. O consultor responde à dúvida da leitora/internauta Simone Vieira, que perguntou se

“é correto na nova ortografia escrever história com a letra E (estória)?”:

Simone, a questão não tem nada a ver com a reforma ortográfica. Trata-se, na verdade, de duas palavras: a consagrada história e a polêmica estória, que tem defensores apaixonados, mas a quem muita gente boa nega o direito de existir – e que eu mesmo não uso. Discorri mais longamente sobre o assunto [neste post](#) de janeiro do ano passado (VIEIRA, 2012).

6 As duas outras dúvidas tratadas por Sérgio Rodrigues neste *post* foram: Manter X manterem e “O mesmo, o mesmo e ainda o mesmo”.

Verificou-se, com relação ao *site* do professor Cláudio Moreno, que a discussão não foi motivada por apenas um leitor, mas por um conjunto de solicitações de vários leitores/internautas. No início de seu texto sobre a dúvida entre “estória” e “história”, Cláudio Moreno diz:

Perdi a conta dos leitores que me perguntam sobre a famigerada **estória**. Uns querem saber se realmente existe essa distinção entre **estória** e **história**. Outros teriam ouvido que a palavra existiu outrora, mas hoje seria considerada arcaica. Há quem especule que **estória** tenha nascido de um erro de tradução. Quase todos perguntam se é uma distinção útil e necessária, ou se não passa de supérfluo balangandã. Peço perdão àqueles que fiz esperar, mas aqui vai minha resposta a todos (MORENO, s/d).

Com relação ao *blog* do professor Sérgio Nogueira Duarte, observa-se que a série “Palavras homônimas e parônimas”, iniciada em 9 de janeiro de 2008, teria sido motivada por uma avaliação do consultor em relação a importância de esclarecer os leitores a esse respeito. A série inicia assim: “Você sabe o que são palavras homônimas?”. Já ao redigir o *post* sobre “dúvidas semânticas”, publicado em 21 de março de 2012, adota como mote para sua explicação: “Leitor quer saber: “a diferença entre ESTÓRIA (=fantasia) e HISTÓRIA (real) ainda está valendo?”, ou seja, não menciona um leitor especificamente.

Comparando os três modos de enunciação das perguntas, observa-se que houve um processo de personificação apenas no caso de Sérgio Rodrigues que credita a Lícia Matos e a Simone Vieira a formulação das dúvidas, o que nos sugere a possibilidade de ter sido essa a razão de o *post* com a pergunta da revisora Lícia Matos ter gerado, na data de sua publicação, 54 comentários. Ao atribuir às leitoras a origem das perguntas, o consultor criou uma “humanização no relato” estabelecendo, dessa forma, uma empatia com os outros leitores. “A humanização do relato se

acentuará na medida em que o relato for feito por alguém que não só testemunha a ação, mas participa dos fatos.” (MUNIZ; FERRARI, 1986, p. 15). Os outros leitores passam a se identificar com o conteúdo veiculado e a informação desperta mais interesse.

Em seguida, serão examinadas as respostas dos três consultores levando em conta o dispositivo de enunciação.

## Os consultores e suas decisões vocabulares

Conforme mencionado anteriormente, o primeiro que trata da dúvida é Sérgio Nogueira, publicada no dia 13 de fevereiro de 2008. Apresentada como a última da série de 55 dicas sobre “Palavras homônimas e parônimas” iniciada no dia 9 /01/2008. Ele assim a formula:

### 55. HISTÓRIA ou ESTÓRIA

História = real ou fictícia:

Quero conhecer mais a história mundial.

Estória = só ficção:

Ninguém podia acreditar naquela estória (NOGUEIRA, 2008).

Sérgio Nogueira retoma o assunto no *post* “Dúvidas semânticas”, publicado em 21 de março de 2012, dizendo que um leitor que saber a diferença entre ESTÓRIA (=fantasia) e HISTÓRIA (=real) ainda está valendo? O consultor, utilizando argumentos de autoridade para sustentar sua opinião, afirma:

O problema é que a palavra HISTÓRIA pode ser usada tanto para as narrativas de fatos (=realidade) quanto para as lendas, fábulas, narrativas de ficção (=fantasia). ESTÓRIA é sempre ficção. Não podemos é afirmar que a palavra ESTÓRIA não existe, pois está devidamente registrada no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e em muitos dicionários: Cândido de Figueiredo, Caldas Aulete, Aurélio, Michaelis... Nós podemos, portanto, fazer a velha distinção HISTÓRIA (=real) e ESTÓRIA (=ficção) ou usar a palavra HISTÓRIA para os dois casos (NOGUEIRA, 2008).

O professor Sérgio Nogueira, ao incluir o dicionário Aurélio na citação acima, o faz de maneira indevida. O dicionário Aurélio 100 anos registra o verbete estória, mas recomenda o uso da grafia história, tanto no sentido de ciência quanto no sentido de ficção, conto popular. O que, de certa forma, contradiz um



pouco o discurso do consultor. A revisora, quando fez a sua pergunta a Sérgio Rodrigues, revela isso. O que demonstra que é também possível que os consultores usem um discurso de autoridade (citando fontes respeitáveis de consultas), mas não se preocupem muito em checar a veracidade da informação sobre a forma de como o verbete é mesmo registrado nessas publicações. Nesse caso, Lícia Matos mostrou-se mais preocupada com a fidelidade ao transcrever o verbete “estória” do dicionário Aurélio do que o próprio consultor. Isso, no entanto, não compromete o veredicto dos especialistas, mas é uma questão importante de ser percebida.

Já Sérgio Rodrigues responde à revisora Lícia Matos, em 27 de janeiro de 2011, com o seguinte *post*:

É muito interessante a questão trazida por Lícia. Antes de mais nada, minha posição pessoal: nessa eu fico com o Aurélio, uso apenas história, acho mesmo que nunca escrevi a palavra estória até este exato momento – pelo menos não que me recorde. Por quê? Algo a ver com velhas recomendações de professores, provavelmente, mas nesse caso nunca vi motivos para me rebelar contra eles. A verdade é que a fronteira entre história real (história) e história inventada (estória) me parece fluida demais para tornar funcional a adoção de dois vocábulos. Todo mundo sabe – ou deveria saber – que a história, bem espremida, é cheia de “estórias”. E vice-versa. Acho mais inteligente deixar a distinção a cargo do contexto.

Um dado curioso é que, contrariando o que muitos imaginam, estória não é um anglicismo relativamente recente (do século 20), mas uma palavra mais antiga do que história – e, a princípio, com o mesmo significado. É o que informa o Houaiss: estória foi registrada no século 13 e história, no 14. O melhor dicionário brasileiro acrescenta que, como sinônimo perfeito da segunda, a primeira caiu em desuso, sobrevivendo hoje como um regionalismo brasileiro que significa “narrativa de cunho popular e tradicional”. O que me parece ao mesmo tempo vago e restritivo.

Na língua real, a acepção de “estória” acaba sendo mesmo a que aponta Lícia: história fictícia, frequentemente mirabolante e inverossímil. Resta a questão de sua origem, que o Houaiss, embora situando o fato sete séculos antes do que acredita o senso comum, confirma ser o inglês *story*, também esta uma palavra do século 13. No entanto, acrescento eu, vale a pena considerar a hipótese de estória ter derivado – do mesmo modo

que *story*, aliás – do francês arcaico *storie*, entre outras razões por sua razoável precedência: data de 1105.

Os adeptos do uso de “estória” me parecem, num cálculo impressionista, francamente minoritários. De todo modo, depois que Guimarães Rosa usou a palavra no título de seu livro “Primeiras estórias”, de 1962 – cujo primeiro conto começa com a frase “Esta é a estória” – **não se pode dizer que estejam desprovidos de credenciais literárias. No fim das contas, trata-se de mais um daqueles casos em que cada um deve decidir com a própria consciência e o próprio gosto seu caminho no mundo da língua** (RODRIGUES, 2011, grifos nossos).

O consultor expõe sua opinião no início do texto e diz ter preferência pelo uso de história nas duas situações: ficção e realidade. No entanto, explica que entre os grandes escritores há os que também já se posicionaram a favor do uso de estória e cita Guimarães Rosa que usou a palavra no título de seu livro **Primeiras Estórias**, de 1962, cujo primeiro conto começa com a frase: “Esta é a estória”.

Nesse momento, o consultor nos sugere uma questão interessante que deveria merecer estudo posterior: vale na elaboração de um texto que deve se pautar pelo uso da norma culta se embasar em credenciais literárias?

Por fim, mesmo expressando sua posição, Sérgio Rodrigues diz que: “trata-se de um daqueles casos em que cada um deve decidir com a própria consciência e o próprio gosto seu caminho no mundo da língua”, ou seja, deixa a cargo do leitor a decisão.

Já, em abril deste ano, Sérgio Rodrigues reitera sua posição e apresenta uma resposta mais curta à pergunta formulada pela leitora Simone Vieira. “É correto na nova ortografia escrever história com a letra E (estória)?”:

Simone, a questão não tem nada a ver com a reforma ortográfica. Trata-se, na verdade, de duas palavras: a consagrada história e a polêmica estória, que tem defensores apaixonados, mas a quem muita gente boa nega o direito de existir – e que eu mesmo não uso. Discorri mais longamente sobre o assunto neste post de janeiro do ano passado (RODRIGUES, 2012).

Enquanto isso, o professor Cláudio Moreno esclarece o uso de “estória” e “história” com muitos argumentos e um texto extenso<sup>7</sup>. Ele cita o escritor João do Rio como o que propôs a adoção “estória” em 1919, menciona também o uso do

7 Por ser um texto muito extenso, optou-se por não reproduzi-lo na íntegra. Ele está disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/05/06/a-triste-historia-de-estoria/>

termo em outras línguas e, por fim, ainda relata o uso feito por Guimarães Rosa. Em várias partes do texto, ele se posiciona a favor do uso de “história” nas duas acepções, como ficção e como realidade. Quando se refere a Guimarães Rosa ele diz:

No entanto, sou obrigado a observar que, em termos *não-literários*, essa inovação (de Guimarães Rosa) é *zero*. Nenhuma das palavras montadas, deformadas ou inventadas por ele jamais será usada, a não ser por imitadores (que já andam escasseando...). É uma linguagem só dele; funciona admiravelmente no universo de sua obra, mas é *seu* instrumento pessoal, e nunca será *nosso*. Ouso dizer que a única influência rosiana no Português foi a divulgação desse equívoco que é *estória* (MORENO, s/d, grifos do autor).

Com a exposição do trecho acima, torna-se claro um dialogismo implícito entre os consultores Cláudio Moreno e Sérgio Rodrigues. Enquanto Rodrigues faz alusão a credências literárias de autores como Guimarães Rosa para justificar, por vezes, o uso de “estória”. em seu *post*, Moreno diz que houve apenas um equívoco com relação à influência rosiana sobre o vocábulo “estória”.

Nesta análise, percebeu-se que os autores utilizam argumentos de autoridade, remissão ao uso de termos no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, nos dicionários e, principalmente, nas obras de escritores renomados, para validar sua argumentação, com o objetivo manifesto da persuasão. No que se refere à concordância de posição entre os três consultores, observa-se que Cláudio Moreno e Sérgio Rodrigues se posicionam favoravelmente em relação à adoção apenas do termo “história” ao passo que Sérgio Nogueira, não.

## A réplica dos consulentes: um momento de interação

Os comentários com relação à dúvida entre “estória” e “história” foram formulados por um público bastante eclético formado por estudiosos da língua portuguesa e profissionais do texto, e até por pessoas com formações diversas. A leitora/internauta que se identifica como Thalita, fez o seguinte comentário no *blog Todoprosa*, em 17/02/2012, contribuindo para ratificar a grande utilidade desses consultórios e confrontando-os com os

livros didáticos e o ensino formal:

Aprendi no ensino fundamental, no final dos anos 90, que se deve usar “estória” para definir fatos fictícios e “história” para fatos reais (ou ditos reais, como já comentaram e concordo plenamente, já que a história do mundo já provou ter muitos lados). Até hoje utilizo a palavra estória como sinônimo de conto, ficção, e há algum tempo fiquei incomodada por não encontra-la no dicionário. Esse esclarecimento foi esclarecedor.

As respostas dos consultores também servem para fornecer argumentos e sustentar opiniões de leitores/internautas sobre o assunto discutido. A leitora que se identifica como Herika postou em 6/02/2012:

A minha filha fez uma redação e aplicou a palavra estória pois se tratava de um conto. A professora corrigiu como se a minha filha tivesse cometido um erro. Quando questionada, a professora informou-me que as duas formas estão corretas, por que então colocou a forma escrita pela minha filha como errada? Bem, acredito que, em termos gramaticais há um prejuízo quando se utiliza a forma História para contar fatos que não são reais, ou quando aplicada a contos, citações em que há animais que falam, objetos... Didaticamente, creio que a utilização de um único termo é prejudicial e inadequado (HERICA, 2012).

É interessante mencionar ainda as respostas dos leitores evidenciam que os leitores/internautas recorrem a mais de um consultório. Um exemplo é o texto referenciado, abaixo, pelo leitor Renato Grimaldi, em 22 de dezembro de 2011, no *blog* de Sérgio Rodrigues:

O site do professor Cláudio Moreno fornece um argumento poderoso contra o uso das duas formas. Se elas são de fatos necessárias para distinguir a ciência da ficção, os anglófonos deveriam inventar um verbo novo para distinguir o ser do estar. Afinal, embutir ambos os sentidos num só verbo (*to be*) deve dar uma confusão dos diabos (GRIMALDI, 2011).

Os espaços destinados aos comentários nos *blogs* de Sérgio Nogueira e Sérgio Rodrigues se mostram fundamentais para que a discussão permaneça em pauta. O assunto não se esgota com o *post* dos consultores porque há sempre alguém alimentando o debate. É o que pode ser observado quando a

consulente Cláudia, em 2008, 12 dias depois de postada a dica do Sérgio Nogueira Duarte, reproduz o que o consultor postou e questiona: “Essa regra mudou. Agora só usamos História com H. Isso é certo?”.

## Conclusão

Consultores gramaticais: consenso ou desacordo? É visível a concordância entre os consultores com relação à dúvida analisada. Todos eles indicam que há duas possibilidades de uso. Moreno e Rodrigues mostram uma nítida predileção pelo uso de “história” tanto ao se referir ao fato real ou à ficção. Nogueira se manifestou favorável ao uso dos dois termos. Essa concordância valida a consulta de revisores de textos aos *blogs/site* e os caracterizam como fontes confiáveis de informação.

Percebeu-se durante a análise que apesar da evidenciada concordância, o modo de enunciação de cada um dos consultores também pode orientar a predileção por um ou outro consultório gramatical. O *blog Dicas de Português* pode sanar dúvidas imediatas, o *site Sualíngua* do professor Cláudio Moreno e o *blog Todoprosa* do jornalista Sérgio Rodrigues fazem uma análise mesclando ciência, jornalismo e cultura. Dessa forma, o leitor/internauta, de acordo com sua expectativa e necessidade, pode se manter fiel a um deles.

As divergências notadas em relação à preferência dos autores quanto ao emprego de uma de outra palavra se justifica ainda pelo fato de que, no português, as questões não se resumem ao que é certo ou errado, mas ao que é ou não o mais adequado a ser utilizado. Esses *sites* e *blogs* não poderão ser as únicas fontes de consultas para revisores de textos, mas, sem dúvida, são instrumentos facilitadores para o desenvolvimento do trabalho.

Neste estudo notou-se que os comentários dos consulentes merecem um estudo específico. Alguns contribuem para estimular a discussão e torná-la mais atual e outros registram também o grau de conhecimento de leitores/internautas sobre temas específicos. Alguns *posts* retratam e ajudam a entender o atual caos linguístico, como revelado por autores durante a discussão teórica deste trabalho.

Por fim, é importante destacar que os consultórios gramaticais se mostram um campo fértil a ser explorado em futuras pesquisas. Como disse o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho no prólogo da obra **Rasga Coração**: “Para achar água, é preciso descer terra

adentro, encharcar-se no lodo, mas há os que preferem olhar os céus e esperar pelas chuvas”. Quem se candidata?

## ABSTRACT

This work aims to study the grammatical offices hosted on blogs and website on the internet. The proposal is to investigate, through the theoretical framework of discourse analysis, how the interaction between consultants (teachers/linguists) and who consults (readers/websurfers) is about the doubts regarding the most appropriate use of the Portuguese language. It was found that these grammatical offices have, truly, an internal coherence and can be quite useful for the work of text reviewers.

Keywords: Proofreading. Reviewers. Grammar Offices. Internet. Uses of the Portuguese language.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico, o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Annablume, Hucitec, 2002[1929].
- BERNARDINO, Rosângela Alves dos Santos. Articulação texto-fonte e reformulação parafrástica em texto de conclusão do curso de Letras. **Revista Língua & Literatura**. Frederico Westphalen, v.11, n. 17, dez.2009. Disponível em: <[http://www.fw.uri.br/publicacoes/linguaeliteratura/artigos/n17\\_10.pdf](http://www.fw.uri.br/publicacoes/linguaeliteratura/artigos/n17_10.pdf). > Acesso em: 28 fev.2012.
- BONINI, A. **Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?** Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>. Acesso em: 2 fev. 2012.
- DUARTE, S. N. **O português do dia a dia: como falar e escrever melhor**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.



FARACO, C. A. Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? **Revista Calidoscópio**, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan./abr. 2006.

FERRARI, P. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.

FREDERICO, E. Y.; OSAKABE, H. **Leitura**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/03Literatura.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Globo, 2005.

MARCONDES, Iara Lúcia. **Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância linguísticos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MERCOVICH, E. **Ponencia sobre diseño de interfaces y usabilidad: cómo hacer productos más útiles, eficientes y seductores**. Disponível em <<http://planeta.gaiasur.com.ar/infoteca/disseno-de-interfaces-y-usabilidad.html>>. Acesso em: 11 jul. 2002.

MORENO, C. **Guia prático do português correto**. Porto Alegre, L&PM, 2005.

NEVES, M. H. M. **Guia do uso do português: confrontando regras e usos**. São Paulo: Unesp, 2003.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. in: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL**, 15, 2000, Niterói.

SACCONI, L. A. **Não erre mais!**. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SOARES, M. O Fracasso da, na Escola. in: SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1993.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

*Site e blogs:*

<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/>

<http://concursos.correioweb.com.br/htmls/dicasportugues/dicasportugues.shtml>

<http://veja.abril.com.br/blog/todoprosa/>

<http://g1.globo.com/platb/portugues>